

1º ENCONTRO NACIONAL DA CTB JOVEM QUEREMOS FUTURO!

DOCUMENTO-BASE

Apresentação

1. O 1º Encontro Nacional da CTB Jovem ocorreu na sede do Sintaema (Av. Tiradentes, 1323) em São Paulo, SP, nos dias 17 e 18 de janeiro de 2020, sob o lema: “Queremos futuro!”.
2. O Encontro teve por objetivo debater a conjuntura e os temas latentes entre a juventude trabalhadora; formular novas formas de organização desta juventude; e organizar os e as jovens ctbistas.
3. Participaram do Encontro jovens trabalhadores e trabalhadoras da CTB, de até 35 anos de idade.
4. A seguir faremos uma breve análise da conjuntura internacional e nacional, bem como uma análise das mudanças no mundo do trabalho, para que possamos localizar o momento histórico em que vivemos e, assim, fazer as propostas necessárias para enfrentarmos os desafios atuais.

Internacional

5. Desde 2008 a classe trabalhadora tem atravessado momentos difíceis devido à crise capitalista mundial, que primeiramente afetou os países desenvolvidos e, desde 2014, vem afetando também os países emergentes, como Brasil, China e Rússia. Como em outros períodos históricos, o sistema capitalista em tal situação busca se reinventar na tentativa de manter o status quo e ampliar a margem de lucro dos grandes bancos e empresas. Estudos confirmam que, em especial nestes momentos, uma das parcelas que mais sofre as nefastas consequências impostas pelo capitalismo são os jovens.
6. Na prática, isso significa que em todo o mundo há tentativas de empurrar o ônus da crise somente em cima dos trabalhadores e trabalhadoras, além da retomada de um projeto neocolonial para os países subdesenvolvidos e emergentes.
7. Nesse cenário, vemos emergir governos de extrema direita, com características autoritárias e ultraliberais. São exemplo deste autoritarismo duas das principais democracias liberais no mundo: os Estados Unidos de Trump e o Reino Unido de Boris Johnson. Este último, recentemente chegou a utilizar uma manobra para esvaziar o poder político do parlamento perto do prazo final negociado à época para a realização de um acordo do Brexit. Trump, por sua vez, além de adotar políticas desumanas contra a população imigrante, utiliza a tática de incitar seus adversários domésticos a fim de aumentar a polarização na sociedade estadunidense, mantendo ativo seu eleitorado.
8. Além disso, Trump é considerado atualmente a principal ameaça à paz mundial, seja pela guerra comercial travada com a China, seja pelos recentes ataques realizados contra o Irã. São também os EUA os responsáveis pelo esvaziamento de diversas

organizações multilaterais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC), através de políticas unilaterais e protecionistas.

9. Também na América Latina temos sentido a forte investida do imperialismo estadunidense, seja nos golpes de Estado apoiados pelos EUA, como foi o caso do Brasil e mais recentemente da Bolívia, seja pelas constantes investidas contra os governos revolucionários de Cuba e Venezuela.
10. Tais atitudes são reações à inegável perda de hegemonia deste ainda poderoso país. Sabemos que, historicamente, períodos de transição de hegemonia mundial tendem a levar a guerras, as quais prejudicam e matam os mais pobres e desfavorecidos. É por isso que, como uma Central classista, sempre nos colocamos à frente da luta pela paz e pela soberania dos povos.
11. Com relação às políticas ultra-liberais aplicadas por diversos governantes pelo mundo, suas consequências tem sido o aumento do desemprego, a flexibilização das leis trabalhistas, a terceirização desenfreada, as privatizações, as reformas da previdência, os subempregos e os empregos temporários. Um cenário de aumento da miséria e da desigualdade social.
12. Junto a isso, o sistema capitalista tem realizado muito bem a disputa de ideologia, fazendo com que, especialmente os jovens, acreditem e reproduzam as ideias de individualismo e meritocracia.
13. Nessa lógica, só seria pobre e desempregado quem quisesse, desconsiderando quaisquer obstáculos sociais, educacionais, geracionais, raciais e de gênero que existem na aquisição de um emprego decente. Seguindo esse mesmo raciocínio, não mais seria necessária a luta coletiva, pois individualmente seria possível resolver todos os problemas. É preciso resgatar as conquistas realizadas na luta do movimento operário, bem como travar cotidianamente a disputa de ideias.
14. Se é verdade que a ofensiva capitalista neoliberal tem sido enorme em todas as regiões do planeta, também é certo que houve uma forte reação de trabalhadores e trabalhadoras contra esses ataques, com grande participação da juventude. Em países como Chile, Equador e Colômbia, tivemos fortes manifestações que contestavam o status quo e este modelo neoliberal implementado no último período em nosso continente. Há luta por todos os lados e há uma vontade enorme de participação por parte da juventude.
15. Fica cada vez mais claro que as medidas propostas pelas elites afetam com mais força essa parcela da sociedade. Segundo a OIT, estima-se que 40% da juventude mundial encontra-se ou desempregada ou em subemprego. Na maior parte dos países, a taxa de desemprego entre jovens é o dobro da taxa de desemprego geral. Boa parcela da juventude chega a ficar mais de um ano procurando emprego; esse período de procura é ainda maior se pegarmos o recorte de gênero e raça.
16. É preciso, portanto, jogar peso na luta internacionalista. Os ataques que a classe trabalhadora vem sofrendo ao redor do mundo são muito semelhantes, pois fazem parte de um mesmo projeto ultraliberal, neocolonial e autoritário de redução do papel do Estado e de ataque aos direitos sociais e trabalhistas. Para isso, precisamos participar e fortalecer os espaços de atuação da Federação Sindical Mundial (FSM). A FSM foi fundada em 1945 e é uma entidade sindical classista que luta contra o imperialismo e por uma sociedade sem exploração. A CTB participa de diversos

espaços na FSM, dentre eles o Comitê Mundial da Juventude da FSM, onde somos um dos representantes da América Latina.

17. Somente a luta dos/as trabalhadores/as organizada mundialmente e baseada na solidariedade internacional pode dar conta de barrar os retrocessos que ainda estão por vir, bem como para que possamos avançar nas conquistas, defendendo a soberania nacional e buscando o desenvolvimento social e a valorização do emprego.

Brasil

18. No Brasil, desde o golpe à democracia em 2016, retirando do cargo a Presidenta legitimamente eleita Dilma Rousseff, temos visto ações dos governos Temer e Bolsonaro que visam desmontar o Estado nacional. Por trás de tais medidas está o patrocínio das potências imperialistas, que não suportaram ver um país emergente como o Brasil ganhando destaque internacional.
19. Com a eleição de Jair Bolsonaro à Presidência da República em outubro de 2018, temos a concretização desta agenda ultraliberal, autoritária e neocolonial aqui no Brasil. É possível observar o fim de um ciclo político de avanços democráticos, iniciado em 1985 com o fim da ditadura militar e que tem seu marco na Constituição Federal de 1988. São os direitos contidos na nossa carta magna que o atual governo tenta atacar.
20. Ainda em 2016, foi aprovada a Emenda Constitucional 95, que congela os investimentos públicos por 20 anos, retirando recursos de áreas estruturais como saúde, educação e ciência e tecnologia. Isso significa a diminuição do Estado em áreas centrais para o desenvolvimento nacional, bem como a incapacidade do setor público de garantir as condições mínimas para uma vida digna à nossa população, em especial a mais pobre.
21. Dentre os ataques mais graves que temos sofrido, certamente está o desmonte da Petrobras. A Petrobras é uma gigante estatal, responsável por descobrir o petróleo do Pré-Sal, possível passaporte para o nosso desenvolvimento. Hoje, sob a falsa bandeira de combate à corrupção, os entreguistas tentam destruir esse patrimônio brasileiro, dando nosso petróleo de mãos beijadas para empresas estrangeiras.
22. Do mesmo modo, iniciam o desmantelamento (e a preparação para a privatização) dos bancos públicos, essenciais na indução de um crescimento sustentável e no direcionamento de políticas macroeconômicas, em especial em tempos de crise. Há também a tentativa de privatização de empresas públicas de setores estratégicos, como são a energia (Eletrobras) e o saneamento básico.
23. No pacote de maldades do Governo Michel Temer estiveram ainda a lei de terceirização e a reforma trabalhista. Enquanto a primeira permite a terceirização sem limites, inclusive no setor público, a segunda rasga as garantias conquistadas na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) de 1943.
24. A reforma trabalhista teve o intuito de acabar com os três pilares de proteção ao trabalho: os sindicatos, a Justiça do Trabalho e a legislação protetiva. Ela não só retira o poder de negociação dos sindicatos, mas também aniquila com a sustentação financeira destes. Dificulta o acesso à Justiça do Trabalho, impondo exigências e cobranças antes inexistentes, com claro objetivo de desestimular os

trabalhadores a buscarem seus direitos. Por fim, legaliza um leque de opções de contratos precários (parcial, temporário, intermitente) e aprova que o negociado vale mais que legislado, acabando com quaisquer garantias mínimas, até então asseguradas pela CLT. Ainda por cima, com o desemprego atingindo níveis alarmantes de quase 30% entre os jovens brasileiros, aumenta-se a pressão sob os jovens em aceitar empregos precários e sem carteira assinada.

25. A Reforma Trabalhista foi aprovada sob o discurso de “modernização” da legislação trabalhista e de criação de empregos. O que se viu, no entanto, foi o crescimento do número de desempregados (hoje em 12,4 milhões), sendo que destes 5 milhões procuram emprego há mais de um ano; o aumento dos desalentados (quase 5 milhões), que são aquelas pessoas que já desistiram de procurar emprego; e a elevação dos subocupados (quase 7 milhões), que são aquelas pessoas que tiveram sua jornada e seu salário reduzido no último período e precisariam trabalhar mais horas para ter uma renda digna. Esses trabalhadores precários tem gênero, faixa etária, classe e raça: são em sua maioria jovens meninas negras da periferia.
26. Apesar de ter havido no último período a criação de 459 mil postos de trabalho, destes a maioria são sem carteira assinada, o que comprova o aumento da informalidade e do trabalho precário após a aprovação da Reforma Trabalhista. Por sua vez, a informalidade no Brasil bate recorde, chegando a 41,1% da força de trabalho ocupada no Brasil segundo a PNAD Contínua do IBGE.
27. Em 2017, o governo de Temer tentou implementar uma Reforma da Previdência, que foi barrada graças à nossa mobilização. Naquele momento, o movimento sindical conseguiu ganhar a narrativa de que a Reforma era prejudicial para a maioria esmagadora da população e conseguimos fazer pressão através de grandes mobilizações sociais, como foi a Greve Geral de 28 de abril de 2017.
28. O atual governo de Jair Bolsonaro retomou a pauta da Reforma da Previdência, lançando uma proposta ainda pior do que a apresentada por Temer. Sem mexer nos altos salários, a proposta do governo visava acabar com o sistema de seguridade social e abrir o mercado de previdência privada para os bancos. No Brasil, a Previdência tem importante papel de distribuidor de renda: em torno de 67% dos beneficiários recebem até 1 salário mínimo, permitindo a sobrevivência, portanto, de boa parcela da população. Outro dado que comprova este papel da Previdência de combate a desigualdade social e o fato de que enquanto tínhamos 38,4% (IBGE, 2017) da juventude em situação de miséria ou pobreza, este número era de apenas 9,8% entre os idosos.
29. Além da aposentadoria, ao contribuir para a Previdência acessamos uma série de direitos, como o auxílio-doença, o salário-maternidade, o seguro-desemprego e o auxílio-acidente. São direitos conquistados para podermos trabalhar mais tranquilos, com a garantia de renda em casos de doença, acidente, gravidez, prisão, morte, demissão e velhice. Porém, para mantermos estes direitos é preciso que sigamos defendendo a Previdência pública e para todos.
30. O alvo principal dessa reforma fomos justamente nós, que compomos a juventude brasileira, em especial a que ainda está por ingressar no mercado de trabalho. Com um discurso ameaçador de que o jovem terá que escolher entre ter direitos ou trabalhar, o governo tenta impor a ideia de que só é possível gerar empregos ao reduzir as garantias trabalhistas, o que é facilmente contestado com dados.

31. As questões colocadas são: por que a reforma atinge apenas a classe trabalhadora? Por que não se inclui nas mudanças os altos salários que afetam consideravelmente as contas da Previdência? E, mais importante, por que não se cobra e fiscaliza os grandes empresários que devem hoje para a Previdência mais do dobro do suposto rombo que justificaria a reforma (enquanto o saldo devedor de tais empresas é de R\$476 bilhões, o rombo alegado pelo governo é de R\$288 bilhões). A resposta é simples: querem que apenas nós paguemos a conta, enquanto meia dúzia segue com seus privilégios.
32. A Reforma da Previdência aprovada aumenta o tempo mínimo de contribuição dos homens para 20 anos (hoje é de 15 anos), sendo que para adquirir 100% do benefício a que temos direito os homens precisarão contribuir por 40 anos e as mulheres por 35 anos (hoje é preciso 35 anos de contribuição para homens e 30 anos para mulheres). Essas mudanças farão com que milhões de brasileiros e brasileiras não consigam acessar este importante direito.
33. Atualmente, a realidade da juventude no mercado de trabalho brasileiro é de altas taxas de desemprego (em torno de 30%) e alto índice de informalidade (os jovens trabalhadores sem carteira assinada são cerca de 70%). Ou seja, neste cenário é extremamente difícil que este jovem consiga contribuir por 40 anos (homens) ou 35 anos (mulheres) para ganhar, na maioria dos casos, um salário mínimo. Entre as jovens meninas, é ainda mais difícil, pois é comum elas terem que sair do mercado de trabalho por meses ou anos por conta dos cuidados domésticos (gravidez, idosos que exigem atenção, adoecimento na família, etc.): entre os jovens que não estudam e não trabalham, as jovens meninas representam mais de 70%. Além disso, o desemprego entre jovens meninas negras é o mais elevado, chegando a 32%.
34. Além do tempo de contribuição houve a instauração da idade mínima de 65 anos para homens e 62 para mulheres. A imposição da idade mínima prejudica os mais pobres, que além de começarem a trabalhar desde muito jovens, também possuem a expectativa de vida mais baixa. Em muitos bairros periféricos, essa expectativa média não chega aos 60 anos. Isso significa que uma parcela importante dos trabalhadores irá trabalhar até morrer, sem conseguir usufruir de sua aposentadoria, um direito conquistado.
35. Vale dizer, no entanto, que graças a nossa forte mobilização e articulações políticas, conseguimos tirar do texto aprovado na Câmara importantes retrocessos como eram a capitalização, a desconstitucionalização, o BPC, e questões de categorias específicas como a dos rurais.
36. Uma das questões mais cruéis da proposta inicial de Reforma da Previdência se referia às modificações na aposentadoria dos trabalhadores rurais, o que impactaria em especial a juventude rural. Vale lembrar que a maioria esmagadora dos trabalhadores e trabalhadoras rurais iniciam seus trabalhos no campo muito cedo, sendo que muitos iniciam antes dos 14 anos de idade. A proposta inicial previa o aumento do tempo de contribuição e a idade mínima para se aposentar, penalizando estes trabalhadores. Com muita mobilização e diálogo conseguimos barrar este retrocesso civilizacional ainda na Câmara dos Deputados.
37. Um dos principais debates feitos pela juventude rural é o da sucessão rural, tendo em vista a autonomia financeira por meio do trabalho, o acesso à educação, cultura e lazer, sendo o acesso à terra e às condições de produzir o elemento central desse

debate, tornando, assim, o ambiente rural mais atrativo para a juventude lá permanecer. As medidas do Governo vão na direção contrária disso, tentando dificultar a perspectiva de uma aposentadoria digna para os trabalhadores rurais e podendo causar pobreza e um deslocamento ainda maior para as áreas urbanas em busca de oportunidades.

38. Nesse cenário construir espaços de formação como o Jovem Saber e Festival da Juventude tem sido fundamental para ter uma juventude rural mais consciente de seu papel no campo, inclusive para propor a construção de políticas públicas como a Educação do Campo, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf Jovem e Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF. Tais políticas têm impacto positivo no desenvolvimento do campo brasileiro.
39. É importante destacar que hoje quem garante 70% dos alimentos do mercado interno e emprega 74% dos trabalhadores rurais é a agricultura familiar. Não investir neste setor é, portanto, pôr em risco a própria segurança alimentar do país.
40. Para a juventude que está por ingressar no mercado de trabalho o atual governo defende a intensificação da precarização do trabalho, tudo de forma legalizada. Não bastou a Reforma Trabalhista, que legalizou os “bicos” através das novas formas de contratos (precários) como a terceirização irrestrita, a pejetização e o trabalho intermitente. Neste último, o empregador define quantas horas vai precisar de você no mês, o que pode (e tem) acarretado em salários inferiores ao salário mínimo.
41. O governo Bolsonaro quer ir além e instituir duas categorias de trabalhadores: os assistidos pelos direitos trabalhistas, com proteção dos sindicatos, salários melhores, férias, FGTS, 13º; e uma outra categoria sem direito a nada disso, com uma carteira de trabalho verde-amarela.
42. Em 11 de novembro, o governo apresentou a Medida Provisória (MP) 905, que, entre outros retrocessos, implanta o contrato de trabalho verde-amarelo para jovens entre 18 e 29 anos que buscam o primeiro emprego. Conforme a proposta, a empresa pode contratar até 20% de funcionários sob essa modalidade, com remuneração de até 1,5 salário mínimo. Trata-se, na prática, de uma nova reforma trabalhista que, se não for revertida, vai precarizar ainda mais o mercado de trabalho. Em vez de proteger esses jovens, a Carteira Verde-Amarela prevê a desoneração de encargos sociais e trabalhistas pagos pelos patrões, ao mesmo tempo em que taxa os desempregados – algo sem precedentes no mundo. O contrato verde-amarelo é mais uma modalidade de contrato precário – só que com uma dose extra de maldade: os jovens serão cada vez mais impelidos a começar a trabalhar em uma condição fragilizada, com impactos para toda sua trajetória laboral.
43. Junto a essa proposta, o governo ainda não desistiu da possibilidade de implementar a Previdência por capitalização para os jovens que ainda vão ingressar no mercado de trabalho. O modelo de capitalização, adotado pelo Chile na década de 1980 e com consequências desastrosas (a maioria dos idosos recebem metade de um salário mínimo), é o defendido por Paulo Guedes, atual Ministro da Economia.
44. O modelo de capitalização funciona como uma poupança individual, administrada por bancos e fundos de pensão, ambos privados. Atualmente, no Brasil, nós repartimos as despesas da previdência entre trabalhador, empregador e Estado. Na proposta da capitalização, apenas contribuiria para a previdência o próprio beneficiário – patrões e governos deixariam de contribuir.

45. Além disso, o risco de receber um valor muito menor ao salário da ativa é grande, já que, além da fonte ser única e estar sujeito às flutuações do mercado de trabalho, também não há garantias com relação aos rendimentos das aplicações feitas no mercado de ações. Assim, fica claro a quem interessa esse modelo: às grandes empresas e aos bancos privados. Caso seja aprovada alguma proposta nesse sentido a juventude será uma das parcelas que mais vai sentir na pele seus efeitos nefastos.
46. Além da Reforma da Previdência, o Governo Bolsonaro desde o seu início vem atacando os trabalhadores e trabalhadoras. Exemplo disso foi a extinção do Ministério do Trabalho, responsável, entre outras tarefas, pela política e diretrizes para a geração de emprego e renda e de apoio ao trabalhador, pela fiscalização em segurança e saúde no trabalho, pela política salarial, pela formação e desenvolvimento profissional, bem como por autorizar os registros sindicais. A sua extinção tem impactos práticos, portanto, mas também simbólicos, de um governo que está de costas para a classe trabalhadora. A nomeação do deputado Rogério Marinho (PSDB-RN) para a Secretaria do Trabalho é exemplo disto, já que o parlamentar foi relator da reforma trabalhista que tem precarizado ainda mais nosso mercado de trabalho, como vimos anteriormente.
47. Soma-se a isso a promulgação da MP 873, que visava acabar de vez com o financiamento sindical ao impor que os pagamentos das mensalidades devessem ser feitos por boleto e não mais descontados em folha. Isto, na prática, inviabilizava a arrecadação de boa parte das contribuições dos sindicalizados. Há também a ameaça do fim da unicidade sindical, através de uma PEC, a fim de que haja uma disputa das bases, prejudicando assim a unidade da categoria, tão importante para pressionar os patrões.
48. Todos os ataques aqui relatados terão impacto ainda maior na juventude, que ingressaria cada vez mais cedo num mercado de trabalho precarizado, com menos proteção social, com pouca formação e qualificação e sem perspectivas de se aposentar.
49. A saúde pública é outra área que vem sendo duramente atacada pelo projeto ultraliberal de Bolsonaro, que vem tentando aniquilar as políticas estruturais nesta área e o Sistema Único de Saúde (SUS). O SUS é resultado de uma grande luta e de fortes mobilizações da sociedade brasileira, com uma contribuição expressiva dos e das trabalhadoras. A defesa do SUS é central na luta dos trabalhadores e trabalhadoras, em especial os da área da saúde. Sendo assim, devemos seguir lutando pela defesa integral do SUS e também por uma política nacional de saúde mental que pense a questão do adoecimento no mundo do trabalho, resultante da precariedade das relações e condições de trabalho.
50. A Educação também vem sendo duramente atacada desde o Golpe de 2016. Tivemos a Reforma do Ensino Médio, aprovada no início de 2017, que retira a obrigatoriedade de matérias como artes e educação física, bem como possibilita um currículo sem o estudo de história, sociologia ou filosofia. Essa mudança no sistema educacional visa formar um exército de mão de obra barata, pouco qualificada e sem qualquer noção de cidadania.
51. No Governo Bolsonaro não é diferente e várias medidas que prejudicam a educação pública brasileira já foram tomadas, como: a extinção de secretarias importantes para

políticas públicas na área da educação como a SECADI (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão) e a SASE (Secretaria de Articulação dos Sistemas de Ensino) que prejudica a relação com estados e municípios no monitoramento do Sistema Nacional de Educação; a mudança na política de aplicação do ENEM, propondo uma verdadeira censura ao afirmar que o governo teria acesso aos materiais da prova antes que ela fosse aplicada para passar um “filtro” nas questões; a proposta da “Lava Jato da Educação” que se trata de um acordo com órgãos controladores e da justiça para investigar os trabalhos do MEC em anos anteriores, mas que na prática significa criar uma tentativa de perseguição a antigos gestores e a tentativa de influenciar na autonomia das instituições de ensino; os atrasos nos repasses do FIES para as instituições e no aditamento de milhares de contratos, o que tem impedido muitos estudantes até mesmo de ir às aulas e sem nenhuma medida concreta do MEC para dar resposta à essas questões ou auxiliar os estudantes; as declarações absurdas que sinalizavam um debate sobre o fim do FUNDEB e mesmo a inércia sobre sua renovação, tendo em vista que o prazo do projeto se encerra esse ano e pode prejudicar repasse de recursos aos estados e municípios; um corte na educação integral, que reduzirá de 45% de escolas públicas para 13,8%; as constantes ameaças à autonomia universitária, duramente atacada mais recentemente pela MP 914, publicada na véspera de Natal de 2019.

52. Em maio houve um corte de R\$ 5,839 bilhões no Ministério da Educação, que em números absolutos, foi a pasta que sofreu o maior contingenciamento de gastos de um total de mais de R\$ 29 bilhões de cortes em áreas sociais, que na prática remetem à Emenda Constitucional 95 do Teto dos Gastos, mas também à uma escolha política desse governo em financiar os juros da dívida em detrimento de investimentos diretos que podem gerar grandes retornos. Isso gerou um impacto gigantesco na implementação de políticas públicas em educação, tão necessárias para elevar a formação da juventude e, assim, possibilitar uma ascensão social.
53. O contingenciamento de 30% das verbas das universidades públicas federais, bem como a suspensão de milhares de bolsas de mestrado e doutorado da Capes, anunciados em maio de 2019, foi a gota d'água. A partir disso, conseguimos a unidade necessária entre trabalhadores do setor da educação e estudantes para construir grandes mobilizações em mais de 200 cidades brasileiras, nos dias 15 e 30 de maio. A resposta às medidas anti-povo, ultraliberais e antidemocráticas deste governo foi dada com força nas ruas, com protagonismo da juventude.
54. Por fim, temos o programa “Future-se” do Ministério da Educação, apresentado em 17 de julho deste ano, que pretende jogar para as universidades e institutos federais a responsabilidade de captação via setor privado, reduzindo as responsabilidades do financiamento público. A proposta de captação própria é uma entrega das universidades à uma dependência do setor privado e uma desresponsabilização do governo de financiamento público à educação superior. Isso também significa retirar a autonomia didático-científica e administrativa das universidades, para ficarem cada vez mais à mercê de interesses privados que buscarão retornos de seus investimentos, acabando com a base de financiamento público da universidade.
55. Destacamos ainda duas relevantes mobilizações neste ano: a Greve Geral e a Marcha Margaridas. A Greve Geral de 14 de junho atingiu seu objetivo, dialogando

- sobre os temas da conjuntura nacional, em especial a Reforma da Previdência, com diversas categorias, bem como mobilizando para atos volumosos no final do dia em todo o Brasil. A Marcha das Margaridas ocorreu em Brasília nos dias 13 e 14 de agosto e mobilizou mais 100 mil mulheres em marcha pelos nossos direitos.
56. Em setembro, tivemos o importante lançamento da Frente Ampla Democrática - Direitos Já, que reuniu 16 partidos no TUCA (PUC-SP) das mais variadas vertentes políticas em defesa do Estado democrático de direito.
 57. Em novembro, realizamos em São Paulo um ato de elevada relevância política em defesa da unicidade sindical, no qual se condenou a proposta de emenda constitucional que prevê o fim da unicidade. A PEC, que é apoiada por parte da cúpula do movimento sindical, levaria à divisão do movimento e consequente enfraquecimento da mobilização em defesa dos direitos trabalhistas.
 58. Diante deste cenário e analisando a história recente de nosso país podemos afirmar que é possível garantir crescimento econômico com distribuição de renda e garantia de direitos, uma vez que isso foi realizado nos Governos Lula e Dilma. Em 2014, chegamos a uma taxa de desemprego de apenas 6,8%; atualmente ela é de 11,6%. Tivemos a política de valorização do salário mínimo, que garantiu uma vida digna para milhões de brasileiros e brasileiras, atingindo um aumento real de 74,3% de 2004 a 2019. No período dos governos populares tivemos um aumento de quase 60% de trabalhadores com carteira assinada. Esta maior renda e estabilidade no mercado de trabalho possibilitou que as famílias planejassem um adiamento da entrada dos filhos e netos no mercado de trabalho, aumentando os anos de estudo deste jovem. Junto a isso, vimos uma política de ampliação do acesso ao ensino superior, seja pelo ProUni, Fies ou Reuni, bem como a bem sucedida política educacional dos Institutos Federais, que visam mesclar o ensino profissional e tecnológico.
 59. É possível avançarmos nas conquistas novamente, mas para isso precisamos retomar o crescimento econômico, com valorização do trabalho e participação social. É tarefa do movimento sindical e dos movimentos de juventude realizar grandes mobilizações em torno de nossas bandeiras, dialogando com essa parte importante da população que é a juventude - mais de 50 milhões de brasileiros têm entre 15 e 29 anos. Um futuro digno para a nossa juventude só será possível com um Estado forte, que invista pesado em políticas públicas para este público, no campo e na cidade.

Novas Tecnologias

60. O domínio da robótica e da inteligência artificial caracterizam o que se convencionou denominar de “Quarta Revolução Industrial”. Alguns autores e até mesmo o Banco Mundial estimam que milhões de empregos serão dizimados em uma década.
61. Embora o termo “desemprego tecnológico” seja questionável, o fato é que o processo de trabalho está passando por transformações. A chamada “economia colaborativa”, na prática em muitos momentos tem desenvolvido a “uberização” das relações de trabalho, possibilitada pelas plataformas digitais.
62. Apesar do fascínio exercido por estas tecnologias, a marca da exploração, própria do sistema capitalista, se intensifica. Trabalhadores com jornada de trabalho cada vez

maiores, remunerações cada vez menores e uma série de direitos suprimidos como férias, décimo terceiro, FGTS, assistência médica, são substituídos por uma falsa ideia de que estas pessoas seriam associadas em uma colaboração de interesses. Mas, ao contrário, o que se percebe é que estes trabalhadores estão cada vez mais subordinados a interesses de quem acumula capital.

63. As novas tecnologias, ao contrário do que propagam de maior liberdade e colaboração, em grande medida intensificam o controle e a disciplina da força de trabalho. O que se percebe é mais controle, mais pressão e mais assédio sobre os trabalhadores!
64. Atualmente, temos categorias de subempregados que chegam a trabalhar mais de 18h diárias por aplicativos, sem qualquer proteção (física e social), ficando visível o aumento da exploração. Além disso, o home office, no qual o trabalho é realizado na casa do trabalhador, evidencia esse mesmo lado prejudicial das tecnologias, tornando o lar, antes um lugar de descanso e lazer, em local de trabalho. Adicione-se a isso o fato de muitas vezes estes trabalhadores ficarem 24h por dia à disposição da empresa, bem como o fato de que eles assumem custos que antes eram dos empregadores (água, luz, internet, materiais de escritório, etc).
65. Não podemos adotar uma estratégia de negação dos avanços tecnológicos, mas temos que assegurar que os aumentos de produtividade, com ganhos de escala e maior eficiência sejam repartidos com os trabalhadores. Por que não se reduz a jornada de trabalho e aumenta o tempo do trabalhador dedicado à sua saúde e a fruição da vida? O que se verifica, no entanto, é o aumento da concentração de renda ao mesmo tempo em que se aprofunda a miséria e o número de famílias no mundo que não tem o que comer.
66. Caminhamos para um cenário ultra tecnológico para poucos, convivendo com uma legião de desconectados com baixas oportunidades. Porque o cerne é o sistema capitalista e quem se apropria dos ganhos de riqueza produzidos coletivamente. Essa é a chave para um questionamento classista sobre a atual realidade.
67. Parte importante das tecnologias que se utilizam no mundo foi desenvolvida com forte participação do Estado. Exemplo disso são o GPS, o touch screen (tela sensível ao toque) e a própria internet, desenvolvida inclusive por militares.
68. Neste cenário, o Brasil está destruindo sua capacidade de inovação. Em um intenso processo de desnacionalização da economia, com uma forte desindustrialização: estamos desarmados para competir na fronteira tecnológica. Não deveria nos interessar o papel subalterno que ocupamos na divisão internacional do trabalho, como mero coadjuvante, exportador de commodities e importador de tecnologias de outros países.
69. A visão neocolonialista que predomina no atual governo Bolsonaro pode aprofundar nossa dependência e dificultar ainda mais uma estratégia de desenvolvimento nacional. Nichos de alta tecnologia brasileira, como a Embraer e a Petrobras são alvos da cobiça internacional e percebe-se claramente as intenções de desmantelamento que estão em curso. Podemos regredir décadas se essa marcha não for interrompida.
70. Diante desse cenário novos desafios são colocados para o movimento sindical. Precisamos atualizar nossa interatividade com os trabalhadores, grande parte

- inclusive que não se identifica enquanto classe e não se sente representada pelos sindicatos.
71. Há um questionamento latente na sociedade sobre as organizações coletivas. Diversos fatores contribuem para isso, mas não podemos subestimar o impacto que isso provoca no imaginário das pessoas.
 72. A maior parte da história do país foi marcada pela escravidão, que produz reflexos inclusive no valor social do trabalho. Muitas vezes marcado como algo depreciativo e para pessoas de menor qualificação, a expressão “trabalhadores”, de maneira sutil, foi dando espaço para “colaboradores”, “empreendedores”, em uma estratégia de esconder o grau de exploração intrínseco aos padrões de acumulação capitalista.
 73. Assim, ao passo em que deve desmascarar essas ideias, cabe ao movimento sindical construir novas linguagens para apresentar as suas próprias. As redes sociais não apenas representam uma nova ferramenta de comunicação, mas elas alteraram profundamente a percepção das pessoas.
 74. Estamos em uma arena pública permanente, onde cada um passa a ser produtor de conteúdo. O potencial disso é enorme, mas ainda subutilizado por grande parte das entidades sindicais. Muitos sindicatos ainda sequer possuem páginas nas principais redes, como Facebook, Instagram e Twitter, além de não se comunicarem adequadamente através do Whatsapp. Cabe uma reflexão coletiva a respeito.
 75. Não há fórmulas prontas, mas os movimentos nos últimos anos que eclodiram no mundo e, inclusive no Brasil em 2013, revelam o poder das redes sociais como catalisadoras de insatisfações legítimas das pessoas. Por outro lado, deixaram claro que a manipulação de algoritmos, a operação de robots, o uso das fake news pode ter um poder autodestrutivo das democracias e da soberania nacional.
 76. Merece também nossa reflexão sobre como organizar os trabalhadores tidos como autônomos, os desempregados e os que já nem estão mais em busca de emprego, em razão da falta de perspectiva.
 77. Em tempos de fragmentação dos discursos, onde a rolagem do feed de notícias pode estar desatualizada em instantes, é ainda mais complexo organizar entidades com programas permanentes e de largo alcance.
 78. Saber identificar os problemas específicos da categoria, associando-os com a disputa de projetos para o país é a marca dos classistas no movimento sindical. Mas devemos avaliar se estamos conseguindo desempenhar bem essa tarefa e se conseguimos demonstrar isso à sociedade.
 79. Não devemos lutar contra os avanços tecnológicos, como os ludistas fizeram no início do século XIX contra as máquinas de fiação e tecelagem, mas assumir responsabilidade coletiva por um futuro em que a inovação e a tecnologia estejam a serviço da humanidade e do interesse público e seu emprego seja para conduzir o mundo para uma sociedade de maior bem-estar social.

Experiências de organizações juvenis no Brasil e no mundo

80. Acreditamos que o novo momento do mundo do trabalho nos exige também novas formas de organização desta juventude que trabalha. Por isso apresentamos aqui experiências de organizações juvenis no Brasil e no mundo, como forma de aprendizado e inspiração para a formulação da CTB Jovem.

UNIÃO DA JUVENTUDE SOCIALISTA (UJS)

81. A União da Juventude Socialista (UJS) é criada em 1984 sob orientação do Partido Comunista do Brasil. É conhecida e reconhecida pela juventude e pelos movimentos sociais como organização de luta pelos direitos juvenis, pela democracia, pela soberania nacional, pela solidariedade internacional e pelo socialismo. Tem autonomia orgânica e direção própria, o que lhe garante liberdade de ação. Essa característica vem permitindo a construção de uma UJS de massas, com a cara da juventude brasileira. A autonomia surge da necessidade de organizar a juventude em uma entidade com manifesto, estatuto e feições próprias, adequadas à realidade juvenil.
82. A direção da UJS se organiza por áreas de trabalho (organização, comunicação, formação e finanças), áreas temáticas (solidariedade internacional, movimentos sociais e políticas públicas de juventude), bem como as frentes de atuação (movimentos juvenis), utilizando-se de um plano de trabalho global, que é acompanhado e avaliado constantemente. Considera uma das grandes tarefas, a de dar forma aos anseios da juventude, imprimindo um conteúdo de classe, bem como organizar entre as amplas massas juvenis um movimento verdadeiramente transformador, capaz de impulsionar mudanças profundas em nosso país.
83. Tem como prioridade de atuação os movimentos estudantil universitário e secundarista, o de jovens trabalhadores, jovens cientistas, jovens artistas, e os movimentos juvenis culturais e comunitários das periferias. Esta definição está baseada no fato de que a educação e o trabalho são elos centrais na vida dos jovens brasileiros, capazes de moldar suas possibilidades de futuro. Ou seja, a organização do movimento juvenil passa pela escola e pelo local de trabalho, assim como também pelos bairros.
84. Algumas características do trabalho juvenil da UJS se situam na base de seu êxito: prioridade real - não apenas formal - ao trabalho com a juventude; ideologia revolucionária; política justa no comando; unidade, democracia interna e disciplina; formação de quadros; trabalho de base permanente; combatividade, inovação e criatividade.

LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE

85. Em 2005 a Consulta Popular define em Assembleia Nacional a resolução “organizar a juventude da classe trabalhadora e, em especial, os jovens da periferia urbana”. A leitura da Consulta Popular foi de que seria indispensável para a construção de um projeto contra hegemônico no Brasil a inserção na juventude trabalhadora, principalmente nas massas das grandes periferias. Era portanto, necessário deslocar quadros de um contexto onde havia um razoável processo de organização, para constituir força social nos centros urbanos, onde este campo político, bem como as demais organizações de esquerda, tinham uma força muito residual.
86. O núcleo inicial dessa construção era composto pela Pastoral da Juventude Rural, o MTD, o MST, e jovens universitários. Este grupo começa a desenvolver os primeiros laboratórios de organização de jovens, principalmente nas periferias de Porto Alegre,

a partir da realização de encontros, debatendo os problemas da juventude. Em um desses encontros na comunidade do Morro da Cruz, se batiza organização de Levante Popular da Juventude. Ainda em 2005, se traça a primeira meta-síntese organizativa do Levante: a construção de um acampamento de fundação do movimento.

87. O acampamento conseguiu reunir em torno de 700 jovens de todo estado do RS. Oriundos da Via Campesina, do MTD e do processo de mobilização deste grupo de trabalho nas periferias e de jovens das universidades.
88. O encontro contribuiu decisivamente para a conformação do Levante. As três frentes de atuação (territorial, camponesa e estudantil) já estavam presentes desde o marco inicial da organização. O próprio núcleo propulsor do Levante era composto por camponeses, jovens de periferia e universitários.
89. É possível identificar as suas três principais fontes:
90. Estratégia: a defesa do Projeto Popular para o Brasil como estratégia para a construção da Revolução Socialista no Brasil, que é um legado das Revoluções triunfantes da América Latina. Deste modo, o Levante se conforma enfaticamente como uma organização vinculada ao campo do Projeto Popular, vocacionada para a luta social.
91. Organização: Quanto ao método de trabalho e forma orgânica, o Levante se aproxima muito mais das experiências das Pastorais da Juventude. O trabalho da célula se aproxima muito dos grupos de jovens das pastorais. A compreensão de que o trabalho de formação política da juventude não deve estar dissociado da construção de laços de amizade, da vivência, do compartilhamento de vida é um legado das PJs, bem como a ênfase no acompanhamento pessoal.
92. Identidade: Por fim, a terceira fonte que contribuiu decisivamente na construção da identidade do movimento foi a relação de intercâmbio com os movimentos populares da América Latina. Tanto o Coletivo de Juventude da Via, quanto do Levante do RS estiveram presentes em várias edições dos Acampamentos Latino-Americanos na Argentina. Essa participação possibilitou incorporar vários elementos identitários dessa cultura política, como as batucadas, as músicas, as performances nos atos. A ênfase nas técnicas de agitação possibilitou a construção de uma estética. Essa identidade foi imediatamente percebida como uma linguagem que dialogava com a Juventude.

JUVENTUDE RURAL (CONTAG)

93. A juventude rural organizada no sistema confederativo da Contag possui coletivos a nível nacional, estadual, em regiões dos estados e em alguns municípios. A comissão nacional da Juventude é coordenado pela secretaria de jovens da Contag, composta por representações de cada estado, e as comissões estaduais reúnem jovens de todo o estado. Essas comissões têm o papel de dialogar e construir propostas para a juventude do campo.
94. Como saldo dessa organização que se iniciou no final da década 90, temos ações e políticas públicas voltadas especificamente para a juventude camponesa.
95. Ações como Festivais da Juventude, Plenárias de Jovens, e o Programa Jovem Saber fazem parte da estratégia de fortalecimento desse setor dentro do movimento

sindical rural. A juventude do campo também participa de espaços importantes para a agricultura familiar como, como Conselho Nacional da Juventude, Comitê permanente de Juventude Rural do CONDRAF, GT Juventude Rural do REAF e participação na COPROFAM.

BANCÁRIOS DA BAHIA E SERGIPE

96. A Federação dos Bancários da Bahia e de Sergipe (FEEB BA-SE), em seu Congresso de 2011 alterou o estatuto a fim de estimular uma renovação maior de seu quadro diretivo. Uma das alterações foi a de que nenhum dirigente poderia ficar mais do que dois mandatos no mesmo cargo, estimulando a alternância. A outra modificação foi a criação da Secretaria de Juventude na Executiva da Federação, algo inovador, já que as secretarias de juventude tendiam a existir apenas nas Centrais Sindicais. O primeiro Encontro da Juventude Bancária da Bahia e Sergipe ocorreu em 2012 e a partir daí sua periodicidade foi anual. Os Encontros duravam dois dias, tinham em média 100 participantes e conseguiram envolver jovens que até então nunca tinham entrado em contato com o movimento sindical. Sempre se preocupando com um conteúdo politizado, também foi dada muita atenção a forma como os debates eram colocados: retórica atraente, debates leves, forma divertida. Vale ressaltar que esta iniciativa foi um esforço coletivo entre FEEB BA-SE e os sindicatos de Bancários dos dois estados, e apenas assim foi possível realizar este trabalho com tamanha abrangência. O resultado foi positivo: diversos jovens passaram a se envolver com o movimento sindical, seja participando das assembleias e demais atividades puxadas pelos sindicatos, seja virando delegado/a sindical, seja se tornando dirigente sindical.

INTERJOVEM (Portugal)

97. A Interjovem é uma organização específica de juventude da central sindical portuguesa CGTP-IN. Tem regulamento e direção próprios e funciona com decisões autônomas, na base das orientações gerais da CGTP-IN. O coordenador da Interjovem participa da direção nacional e da comissão executiva como membro não eleito (o órgão da CGTP-IN que congrega os responsáveis de áreas e federações).
98. A forma como organizam a Interjovem é com Comissões de jovens dos sindicatos e federações filiados à CGTP-IN. Há ainda as estruturas dos distritos e regiões (Ex: Direção Regional de Lisboa da Interjovem).
99. Há também a realização de iniciativas próprias, como o "PIC-NIC contra a precariedade", a participação no festival da liberdade, no acampamento pela paz, há campanhas e ações específicas, fazem mobilização própria para o 1º de Maio e a organização em todos os anos de uma manifestação nacional de jovens trabalhadores em final de Março.
100. O objetivo traçado por eles é de que a Interjovem seja o reflexo da intervenção de cada sindicato e de cada estrutura jovem. Isto é dinamizado a partir da base, dos locais de trabalho, até à direção nacional. A Interjovem não tem "trabalhadores associados", a participação é pela decisão de cada sindicato em responsabilizar quadros específicos para a juventude.

101. A Interjovem tem sido responsável por um grande debate sobre as questões da juventude não só externamente, mas também internamente. Isto tem dinamizado a intervenção dos sindicatos junto aos jovens e isso reforça em muito não só os associados, mas também a direção. Neste momento, em 4 anos a CGTP-IN sindicalizou mais de 30.000 jovens com menos de 30 anos de idade e fizeram a eleição de mais de 700 como delegados em seus locais de trabalho.

Organização

102. Como vimos, o mundo passa por um momento de transição, o que impacta o Brasil e o nosso mercado de trabalho. Neste cenário, os jovens se veem cada vez mais na condição de desempregados ou de empregados precarizados. Cabe ao movimento sindical, em especial aos jovens ctbistas, pensar alternativas de envolver e organizar esta ampla parcela da população brasileira.

103. Existe muita vontade de participação por parte da juventude, mas ela ainda não se traduz em organização nos sindicatos, que permanecem em sua maioria demasiadamente hierarquizados e burocratizados. Mesmo nos anos 2000, período em que tivemos um mercado de trabalho mais estruturado e um aumento de sindicalização em todas as faixas etárias, as taxas de sindicalização entre jovens de até 24 anos permaneceram estagnadas. Vale lembrar ainda que mesmo sendo um importante parâmetro, a sindicalização por si só não significa participação no sindicato.

104. Para envolver essa parcela na luta organizada precisamos entender quem é este jovem, a fim de conseguir dialogar, bem como repensar o movimento sindical: promover uma comunicação horizontal com os trabalhadores e trabalhadoras, fazendo uso das redes sociais de forma profissional e criativa; criar mecanismos que façam com que o jovem se sinta parte do sindicato (sentimento de pertencimento coletivo); promover atividades lúdicas que aproximem o público jovem dos sindicatos; e incluir mais jovens nas direções sindicais, para que o/a trabalhador/a de base consiga, de fato, se enxergar na condução do movimento, entre outras ações.

105. Precisamos igualmente nos envolver em pautas mais amplas que afetam os/as jovens trabalhadores/as, como lutar por mais acesso à educação pública e de qualidade, por direitos para os jovens em trabalhos informais e desempregados, pelo acesso à cidade, com parques e praças bem cuidados para o período de lazer dos/as trabalhadores/as e suas famílias, por um transporte público acessível e de qualidade, por mais oportunidades de emprego, facilitando o acesso ao primeiro emprego, entre outras pautas.

106. A juventude é força indispensável para enfrentarmos esse difícil momento, pois é a parcela que tem menos amarras em suas vidas e grande disposição de luta coletiva para conquistar um futuro melhor. Em suma, é uma força indispensável a uma central combativa como a CTB.

107. Diante do exposto, propomos:

- a. Que o Coletivo de Juventude da CTB passe a se chamar CTB JOVEM;

- b. Que a CTB JOVEM escolha coordenações estaduais e nacional, eleitas nos Encontros Estaduais e Nacional da Juventude e coordenados pelos/as Secretários/as de Juventude da CTB;
- c. Que a CTB JOVEM tenha por objetivo defender a juventude trabalhadora, o desenvolvimento soberano do Brasil e estará profundamente conectada à luta internacionalista da classe trabalhadora e à luta de outras juventudes;
- d. Que a CTB JOVEM conte com ficha de adesão e faça o cadastramento de jovens do campo e da cidade, empregados e desempregados que comungam com os ideais CTBistas de transformação da sociedade, sendo que estes jovens participarão das políticas de juventude desenvolvidas pela Secretaria de Juventude da CTB;
- e. Estabelecer uma política de juventude trabalhadora da CTB que transcenda os vínculos formais de trabalho, buscando alcançar o jovem empregado ou desempregado, filiado ou não ao sindicato, a fim de mobilizar estas juventudes e atraí-las a participarem do movimento sindical;
- f. Orientar e fortalecer campanhas de sindicalização de jovens;
- g. Terá como categorias prioritárias para atuação: educação pública e privada; bancários; comerciários; urbanitários; metalúrgicos; telemarketing; metroviários e condutores; rurais; e saúde pública;
- h. Organizar ações de caráter social através da implementação de cursos pré-vestibulares; cursinhos preparatórios para concursos públicos e cursos profissionalizantes, como forma de ampliar mecanismos de vinculação com a juventude trabalhadora e com o povo;
- i. Nos organizarmos de forma orgânica e enraizada em todos os estados, em especial na BA, RS, MG, RJ e SP;
- j. Estabelecer responsáveis por pensar a sustentação financeira para as atividades de Juventude, criando mais autonomia;
- k. Ajudar a alimentar o canal no YouTube da CTB, realizando vídeos em parceria com sindicatos e movimentos de juventude, abordando com linguagem leve e interativa os temas que mais nos mobilizem;
- l. Incentivar a criação de Secretarias de Juventude nos sindicatos e federações dirigidos pela CTB;
- m. Buscar atuar em conjunto com os demais movimentos de juventude, em especial o movimento estudantil;
- n. Realizar cursos de formação específicos para a juventude;
- o. As decisões da CTB JOVEM serão submetidas às instâncias executivas da CTB nacional e estaduais, e seus trabalhos vinculados diretamente à Presidência Nacional e estaduais da CTB.